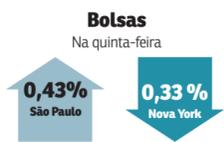




8 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 21 de abril de 2023



Dólar

Na quinta-feira

R\$ 5,058
(- 0,55%)

Últimos	Últimos
14/abril	4,915
17/abril	4,937
18/abril	4,976
19/abril	5,087

Salário mínimo

R\$ 1.302

Euro
Comercial, venda
na quinta-feira

R\$ 5.546

CDI
Ao ano

13,65%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)

13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71

GOVERNO

Pacote para facilitar crédito e reduzir juros

Maioria das medidas anunciadas pela Fazenda, porém, não tem efeito imediato e depende de aprovação de projetos de lei

» RAFAELA GONÇALVES

O Ministério da Fazenda anunciou ontem um pacote de medidas com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito para empresas e pessoas físicas e reduzir as taxas de juros. No total, foram apresentadas 13 medidas, incluindo algumas previstas em três projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, para os quais o governo vai pedir urgência. De acordo com a pasta, a intenção é reduzir ineficiências do mercado de crédito e estimular a atividade econômica.

“É uma bateria de medidas para fomentar crédito e investimento, dando mais segurança jurídica e financeira, de forma a criar condições para um país com mais investimento, geração de emprego e renda”, disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. O pacote não terá efeito imediato. Seis medidas serão viabilizadas com novos projetos de lei e quatro dependem de alterações de decretos ou portarias, ou seja, não precisarão do aval dos parlamentares.

Entre as novidades está o aumento para R\$ 600 do “mínimo existencial” de pessoas superendividadas — fatia mínima da renda do cidadão que não pode ser comprometida com dívidas, debitada no consignado ou bloqueada pelo banco, por exemplo. Atualmente, quem está em situação de superendividamento pode renegociar garantindo que apenas 25% do salário mínimo (R\$ 303) permaneça livre mensalmente.

Estima-se que 6 milhões de pessoas sejam beneficiadas e que a negociação de R\$ 30 bilhões em dívidas será garantida. “Quem está superendividado poderá pleitear renegociação da dívida, garantindo a manutenção de uma renda de R\$ 600 mensais”, explicou o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto.

O pacote prevê também um novo projeto de lei que autorize a utilização de recursos de planos de previdência, seguros pessoais

e títulos de capitalização como garantia em operações de crédito. De acordo com o Ministério da Fazenda, essa garantia pode permitir aos consumidores ter acesso a crédito com juros menores.

Entre outros pontos anunciados, estão a simplificação do compartilhamento de informações de natureza fiscal entre clientes e instituições financeiras. Segundo Barbosa Pinto, a assimetria de informações é um dos principais problemas do mercado de crédito no país. A ideia é criar formas de compartilhamento de dados que o governo já tem, para checar se as informações prestadas aos bancos estão corretas. “Obviamente, isso nunca será feito sem o consentimento do titular desses dados, que é o cidadão”, ressaltou.

Outro projeto permite a investidores lesados propor ações civis coletivas contra administradores e acionistas majoritários de uma empresa que cometeu algum ilícito, como acontece nos Estados Unidos. O secretário lembrou o caso da varejista Americanas e disse que pedirá urgência na tramitação do projeto de lei em andamento.

Entraves

A Fazenda argumentou que o conjunto de mudanças tem caráter estruturante, não sendo possível projetar os efeitos a curto prazo. “Algumas dessas ações, estão paradas no Congresso e tiveram início na gestão anterior, outras são aprimoramentos do que já existe e algumas são inovadoras. Haverá melhoras no mercado de crédito, desde que realmente avancem”, avaliou o economista Ecio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O economista da Universidade de Brasília (UnB) Newton Marques ponderou que apostar todas as fichas no pacote para recuperar a atividade econômica pode ser um problema. “As medidas dependem primeiro de que o sistema financeiro aceite as garantias do próprio governo.”

editoria de arte

De olho no dinheiro

Governo apresenta conjunto de medidas para facilitar o acesso ao crédito e reduzir as taxas de juros

1 Garantia do Tesouro Nacional para PPPs de entes subnacionais: a União vai oferecer garantias a financiamentos para incentivar parcerias público-privadas feitas por empresas com estados e municípios;

2 Debêntures incentivadas para infraestruturas sociais e ambientais: Decreto permitirá a emissão de debêntures — com isenção de Imposto de Renda aos investidores — para levantar recursos a projetos nos setores de educação, saúde, segurança pública e outros;

3 Novo Marco das Garantias - PL 4188/2021: Prioridade para projeto de lei em tramitação no Senado que cria o serviço de gestão especializada de garantias de crédito. O projeto pretende facilitar a concessão de reduzir o custo de empréstimos e financiamentos;

4 Garantia com recursos previdenciários: Proposta de projeto de lei que possibilita a utilização de planos de previdência complementar, seguros e títulos de capitalização como garantia de operações de crédito junto a instituições financeiras. O objetivo é possibilitar empréstimos com juros mais baixos;

5 Simplificação e desburocratização do crédito: Projeto de Lei para simplificar a emissão de debêntures e reduzir exigências burocráticas na concessão de crédito;

6 Acesso a dados fiscais: Portaria da Receita Federal vai simplificar a forma com que pessoas físicas e jurídicas compartilham dados fiscais com instituições financeiras. A meta é facilitar o crédito, sobretudo, a pequenas e microempresas, que não têm balanços nem dados cadastrais suficientes.

7 Autorização de bancos e moeda digital: Projeto de lei complementar para estabelecer a base legal para a criação do Real Digital, além de simplificar e flexibilizar o processo de autorização e funcionamento de instituições financeiras;

8 Regime de Resolução Bancária - PLP 281/2019: Apoio a projeto de lei complementar em tramitação na Câmara para aprimorar regimes de intervenção em empresas e instituições financeiras em momentos de crises graves;

9 Alteração no decreto de superendividamento: Decreto elevará de R\$ 303,00 para R\$ 600,00 o limite do chamado “mínimo existencial”, que não pode ser comprometido em operações de cobrança e renegociação de dívidas;

10 Proteção a investidores no mercado de capitais: Projeto de lei para aprimorar mecanismos de proteção a investidores minoritários no mercado de capitais;

11 Infraestruturas do mercado financeiro: Projeto de lei para aprimorar a legislação que trata das infraestruturas do mercado financeiro, alinhando o Brasil à melhores práticas internacionais;

12 Cooperativas de seguros: Projeto de lei complementar que visa possibilitar que cooperativas de seguros possam ampliar o leque de ramos de atuação além dos já permitidos (seguro rural, saúde e acidentes de trabalho);

13 Normas de seguro privado - PLC 29/2017: Apoio a projeto de lei em tramitação no Senado para tratar sobre normas de seguro privado, com o objetivo de dar maior proteção ao consumidor e desenvolver o mercado de seguros.

Fonte: Ministério da Fazenda.



União assume riscos para garantir PPPs

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Rogério Ceron: mudanças devem atrair investidores estrangeiros

» ROSANA HESSEL

Um novo marco para as parcerias público-privadas (PPPs), destinado a prefeituras e governos estaduais, tem potencial para gerar cerca de R\$ 100 bilhões em investimentos, de acordo com o Tesouro Nacional. A proposta foi divulgada em meio às 13 medidas do governo para impulsionar o crédito e os investimentos do setor privado.

O conjunto faz parte da série de incentivos do “Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)”, que será lançado nos próximos dias. Ontem, foram anunciadas quatro medidas: a garantia da União para financiamentos; garantia para financiamento de contraprestações continuadas; flexibilização da contabilização das despesas de PPPs; e um decreto de

debêntures incentivadas.

Para o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, as medidas devem atrair o investimento estrangeiro a projetos de infraestrutura. “Grandes investidores, muitas vezes, não entram nestes negócios em razão do alto risco de não cumprimento das obrigações por estados e municípios. As garantias do Tesouro tornam o fluxo de recebíveis mais seguro e trazem maior atratividade”, afirmou.

Os bancos que tiverem parcerias com o Tesouro contarão com uma fiança e, em caso de inadimplência dos estados e municípios, receberão a garantia dada pela União, que por sua vez, executará a contrapartida do estado ou município.

Em outra frente, o marco vai alterar um decreto de debêntures (títulos de dívida de empresas)

de 2016, permitindo emissões com isenção de Imposto de Renda para impulsionar investimentos privados em projetos de educação; saúde; segurança pública e sistema prisional; parques urbanos e unidades de conservação; equipamentos culturais e esportivos; e habitação social e requalificação urbana.

O advogado Fernando Vernalha, especialista em infraestrutura pública, considerou o marco importante para destravar investimentos, especialmente em obras sociais, mas ressaltou que “a falta de capacidade técnica e institucional dos entes subnacionais deve gerar impasse”, afirmou.

Risco para o governo

Os economistas Felipe Salto e Fernanda Castro, da Warren

Rena, alertaram para o aumento dos riscos para o governo. “A honra de garantias já é um fator de pressão fiscal para a União, de modo que os riscos precisam ser sopesados aos benefícios das medidas ora propostas. Das quatro medidas de estímulo às PPPs, duas propõem que a União conceda garantia a parcerias firmadas por estados e municípios. A deliberação representa um considerável risco fiscal à União”, afirmaram, em relatório enviado aos clientes. “Ao atuar como garantidora, a União mitiga os riscos dos agentes privados ao assumi-los para si”, destacaram.

Salto e Castro lembraram que o saldo devedor das operações de crédito com garantia da União já é bastante significativo. Em dezembro de 2022, o total chegava a R\$ 276,8 bilhões, apontaram. (Com Rafaela Gonçalves)